

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-RN - 25/06/2020- 9h Videoconferência

Membros presentes	
Entidade	Representante
AAMHOR	Ney Pinto França (T) Miguel Madalena Milisnki (S)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T)
CRDS	Henrique Bellinaso (T)
Consórcio PIRAÍ (CONIRP)	Francisco Antônio Moschini (T) Roberto Mario Polga (S)
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T) Franciscus J. Maria Schoenmaker (S)
DAAE Rio Claro	Matheus Henrique Gonçalves (S) Miguel Madalena Milisnki (S)
DAE Jundiá	Maria Carolina H D e Simões (T)
DAE Santa Bárbara D'Oeste	Mônica Tortelli (T) Felipe Augusto Gasparotto (S)
Fundação José Pedro de Oliveira (FJPO)	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (S) Cleide de Oliveira (S)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T) Cláudia Grabher (S) Gilberto de Oliveira (S)
IPT	Maria Lúcia Solera (T)
Instituto de Pesca /APTA	Luciana C. B. de Menezes (T)
IZ/APTA	João José A. de A. Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (S)
P.M. de Campinas	Sueli Aparecida Thomaziello (S)
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos (T)
P.M. de Jaguariúna	Aline Granguelli Catão (T)
P. M. de Jarinu	Beatriz Alves Bonfim (T)
P. M. de Jundiá	Ana Maria Martins R. Pinto Pires (T)
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T) Juliana Gonzalez Grangnani (S)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M. de Várzea Paulista	Rafael Tamberlini (S)
PUC Campinas	Duarcides Ferreira Mariosa (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SANASA	Amanda Alves de Lima (S)
SIMBIOSE	José Guedes Fernandes Neto (T)
SIMA / CFB	Natália Gomes Fernandes (T)
SUPREMA	Franciscus J. Maria Schoenmaker (T)

Membros Ausentes (Entidades)
AEAA Atibaia e Região
APTA
Associação Renovar
BRK Ambiental (*)
Consórcio PCJ

Caminho Verde (*)
DAEE / Walter Antônio Beccaro
Instituto Biológico (*)
Maluna Soluções Ambientais (*)
Prefeitura Municipal de Analândia
Prefeitura Municipal de Capivari (*)
Prefeitura Municipal de Campo L. Paulista
Prefeitura Municipal de Cordeirópolis
Prefeitura Municipal de Hortolândia
Prefeitura Municipal de Itatiba (*)
Prefeitura Municipal de Itupeva
Prefeitura Municipal de Joanópolis
Prefeitura Municipal de Limeira
Prefeitura Municipal de Nova Odessa (*)
Prefeitura Municipal de Paulínia
Prefeitura Municipal de Mairiporã (*)
Prefeitura Municipal de Rio Claro
Prefeitura Municipal de Vinhedo
SABESP
SINDICAL (*)
UNICAMP
UNIMEP (*)
Universidade Presbiteriana Mackenzie - Campinas

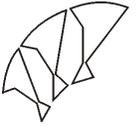
Convidados	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Bruna Aranda Kaique Barreto Marcos Cazzanatto Marina Barbosa Patrícia Barufaldi Rebeca Cristina Ferreira da Silva Tiago Georgette
P.M. de Nova Odessa	Aryhane Massita
TNC	Henrique Bracale

(T) - Titular (S) - Suplente (R) – Representante

**1. Pré-reunião:** A pauta, a convocação e demais documentos foram enviados previamente aos presentes por meio de mensagem eletrônica, bem como o link para acesso à reunião por videoconferência na plataforma escolhida **Google Meet** (<https://meet.google.com/rgm-svjij-kdy>), além das instruções e documentos necessários para participação; **2. Abertura da 95ª Reunião Ordinária, 1ª reunião por videoconferência Café Virtual e Recepção – O que melhora e o que piora com a Pandemia? (item 1 da pauta):** Aos vinte e cinco dias do mês de junho de 2020, por videoconferência, deu-se início à 95ª Reunião Ordinária, com o objetivo de retomar as atividades da CT-RN e dos seus grupos de trabalho,

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-RN - 25/06/2020- 9h Videoconferência

reavaliando as atividades programadas antes do período de pandemia (Plano de Trabalho 2020/2021) e o que pode ser continuado ou precisa ser repactuado. O Coordenador João Demarchi (IZ/APTA/SAA) discorre sobre a ênfase dessa reunião nos grupos de trabalho, que terão um tempo maior para exporem as suas respectivas atividades, já que os mesmos são uma representação dos membros da CT-RN em um menor número capaz de trabalhar com mais eficiência a Política de Mananciais PCJ, recorte do Plano de Bacias e política pública que norteia o uso dos recursos da cobrança pelo uso da água em ações e projetos relacionados com a infraestrutura natural. Salientada a importância da equipe da Agência de Bacias responsável pela área ambiental e execução orçamentária da Política de Mananciais. Essa equipe é capitaneada pela Marina Peres Barbosa. Espera-se que o GT-Mananciais avance nas melhorias dos programas I e II e no lançamento do novo Edital da Política, bem como o GT-Áreas Protegidas avance na consolidação da Rede de Áreas Protegidas (Programa III) e no lançamento do Termo de Referência para o Programa IV relacionado com os Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado (Programa IV). O GT-Indicadores e Monitoramento está se estruturando e deve apresentar até o final do ano um documento para sua inserção oficial na Política de Mananciais. O Coordenador chamou a atenção do processo de tratativas internas nos Comitês de Bacias PCJ para que as reuniões por videoconferência pudessem ser realizadas de forma legal, culminando com a Deliberação Conjunta ad referendum dos Comitês PCJ nº 113/2020, conforme o link descrito em sequência; <https://drive.google.com/file/d/1t5jSIBPUrQODNA13RWRovXMFyo-ekdL/view>, bem como o acesso à Nota Técnica através do link: <http://www.agencia.baciaspcj.org.br/docs/outros/nota-tecnica-agencia-01-2020.pdf>. As principais recomendações são a indicação de acesso à sala virtual ocorra 10 minutos antes do início da reunião. Caso algum participante tenha dificuldade ou não esteja familiarizado com a tecnologia através de videoconferência, poderá enviar e-mail para a Secretaria Executiva dos Comitês PCJ solicitando apoio ([se.pcj@comites.baciaspcj.org.br](mailto:se.pcj@comites.baciaspcj.org.br)). A equipe da Agência das Bacias PCJ entrará em contato para sanar as dúvidas. Recomenda-se que o contato seja feito com antecedência. A videoconferência terá o áudio, vídeo e mensagens em texto gravadas, a critério da organização, e eventualmente encaminhadas, mediante solicitação. As manifestações escritas, orais e utilização de vídeo ou outra forma de manifestação por parte do participante representa tácita aceitação e concordância com a realização e divulgação da gravação. Esses documentos que tratam dessa nova ordem de realização de reuniões dos Comitês PCJ foram enviados anexados à convocação. Todos os membros devem se

identificar quando entrarem na reunião colocando o nome completo, instituição, e-mail, e a palavra PRESENTE ou se forem convidados CONVIDADO. Caso não queiram que a sua imagem seja gravada manter a câmera desligada. Salientou que agora temos uma situação de total amparo legal para realização das reuniões. São tempos diferentes que nos desafiam a novas posturas com relação ao isolamento social exigido e a realização de reuniões à distância. Há algumas vantagens em relação aos impactos ambientais, tais como: menor consumo de combustível, pneus, etc., bem como economia de tempo, menor impacto no trânsito regional, redução dos riscos de acidentes entre outras vantagens. O Sr. Petrus lembrou sobre a possibilidade de iniciarmos a reunião com quórum obtido de forma mais rápida e fácil, além da possibilidade de maior participação dos membros, já que os custos para participar não dependem mais de veículos, combustível, diárias, etc. Acredita que mesmo após a pandemia várias reuniões deverão ser realizadas por videoconferência ou presenciais com possibilidade de participação também virtual, conforme modelo que foi usado pelo GT-Indicadores e Monitoramento nas duas reuniões realizadas no final do ano de 2019. Para finalizar a abertura comentou sobre a responsabilidade dos Comitês PCJ sobre a gestão dos recursos hídricos em face do enfrentamento da pandemia, já que a questão de higiene das mãos, das roupas e pelos banhos se tornou muito mais importante ainda para o combate à pandemia. Citou o exemplo da residência da sua mãe que sofreu um aumento no consumo mensal de água de um patamar médio de 25 para 40 m<sup>3</sup>, deixando clara a necessidade de um bom funcionamento do sistema de tratamento e distribuição de água no município. A pesquisadora Maria Luiza Bonazzi Palmieri (IF/SIMA) fez um vídeo sobre essa mudança cultural nesse período, que pode ser acessado pelo link <https://youtu.be/v8rJTresinM>; **3. Secretaria (item 2 da pauta):** Colocada em discussão, a **minuta de ata da 94ª Reunião Ordinária** realizada pela primeira vez por videoconferência. O Coordenador João Demarchi, como secretário da CT-RN, fez um breve resumo sobre os itens da pauta discutidos na reunião anterior, como a interação com a governança local, a apresentação do Instituto de Pesquisas Ecológicas IPÊ que tem um programa similar a Política de Mananciais PCJ, o Projeto Semeando Água Boa, bem como a aprovação os informes gerais sobre saneamento rural, etc. A professora Luiza (ONG Jaguatibaia) comentou sobre alguns erros de digitação, que foram acatados. O Sr. Luiz Sertório (FF) fez um comentário sobre a realização de reuniões por videoconferência e a necessidade de quando falarmos abriremos a nossa câmera para que seja menos cansativa e possamos visualizar quem está falando. Acredita que essa prática pode melhorar a qualidade das reuniões.

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-RN - 25/06/2020- 9h Videoconferência

Colocou a aprovação da ata em votação, fazendo uma explicação sobre como devemos proceder, não nos manifestando caso haja concordância ou nos expressando através do chat nos manifestando sobre mais alguma consideração e ou correção, bem como a abstenção. O Sr. Francisco Moschini se manifestou sobre o apoio que obteve com a secretaria executiva que possibilitou apoio técnico para a sua efetiva participação. Coincidentemente essa reunião deveria ser realizada de forma presencial em Salto. Minuta de ata aprovada com as correções ortográficas solicitadas. Após a aprovação, foi apresentado o **calendário atualizado das reuniões da CT-RN**, com previsão de realização da 96ª reunião no dia 26 de agosto ainda por videoconferência, a 97ª no dia 28 de outubro, provavelmente presencial em Joanópolis, a 98ª no dia 18 de dezembro no Museu da Água em Indaiatuba, a 99ª no dia 24 de fevereiro de 2021 em Holambra, a 100ª reunião no dia 28 de abril em Nova Odessa (Instituto de Zootecnia) e a última ainda sem data definida que será realizada em junho de 2021 que marcará o início de um novo biênio, com eleição de nova coordenação e renovação das câmaras técnicas. Foi dada atenção para que não haja conflitos com a agenda do Conselho da APA Piracicaba - Corumbataí. Chamou a atenção para os fatos relevantes relacionados com a Política de Mananciais que completará cinco anos de existência em dezembro deste ano, bem como a realização da centésima reunião que está prevista para ser realizada em abril de 2021. O secretário comentou sobre as novas orientações feitas pela SE dos Comitês sobre começar a gravação da reunião com 30 minutos de antecedência, destacar a necessidade de todos os participantes se identificarem corretamente no chat para preenchimento correto da frequência. Na abertura das reuniões deve-se manter um slide em *powerpoint* com as orientações iniciais e identificação da reunião que será realizada. Após a reunião enviar o arquivo de gravação do chat e de acesso ao vídeo da gravação bem como a planilha em Excel denominada de **Lista de Quórum** em até três dias após a reunião. Com essas informações e arquivos a SE irá enviar um **Relatório de Participação Consolidado** que substituirá a Lista de Presença convencional. Também foi enviado para a coordenação da CT-RN o Material de Apoio às Coordenações para realização de reuniões por videoconferência (2ª versão); **3. Atualização da programação e das atividades dos grupos de trabalho - Desafios e estratégias para 2020/21 durante e pós-pandemia - (item 3 da pauta):** GT-Mananciais: O Henrique Bellinaso (CDRS / SAA) comentou sobre as prioridades das discussões deste GT (a) Acompanhamento dos projetos em andamento do **Programa I** (Analândia – cercamento e plantio e alguns conflitos com produtores

rurais), São Pedro e Charqueada – área 2 (contatos com os produtores, e elaboração dos PIPs mesmo com as dificuldades provocadas pela pandemia), Limeira (já licitado a contratação dos 115 PIPs – aguardando novas recomendações sobre procedimentos na pandemia), Artur Nogueira (Córrego do Sertório) em processo de licitação, Cordeirópolis (elaboração dos PIPs com recursos da compensação do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes). Jaguariúna são 12 PIPs que estão sendo realizados pela equipe da Assessoria Ambiental, suspensas pela pandemia. O PIP de Salto (uma propriedade) foi executado diretamente pela Assessoria Ambiental da Agência de Bacias; **Programa II** – dificuldades com o repasse dos recursos para pagamento dos serviços ambientais (PSA) através da CEF – prazo final é agosto de 2020. Todos os esforços estão sendo feitos para acertar esse repasse; novo edital 2020/21 – dificuldades com a pandemia e com o calendário para este de aprovação na CT-PL e Plenária. Desejo do GT é que o edital siga um calendário anual fixo. O lançamento desse edital deve ser vir também como comemoração dos cinco anos da Política de Mananciais. Há preocupação com a disponibilidade de recursos financeiros em função de alguns contingenciamentos e prorrogação da cobrança pelo uso da água por parte da ANA. A pandemia tem trazido algumas preocupações sérias sobre a arrecadação, o que pode impactar negativamente a quantidade de recursos para os próximos editais. A Srta. Marina Barbosa (Agência de Bacias PCJ) comentou sobre a redução em quase todos os itens do PAP devido a pandemia, com um impacto relativamente pequeno para este ano. Para o próximo ano ainda há pouco informação. Colocou no chat o link do Relatório do PAP apresentado na última CT-PL. O Sr. Polga (SAEE) comentou sobre o fato de não haver contingenciamento, mas sim uma prorrogação da cobrança por três meses pela ANA, corroborado pelo Estado de São Paulo, tanto em rios de domínio estadual como federal, mas há sérias preocupações com a inadimplência dos consumidores e consequente impactando as concessionárias de saneamento, o que poderá impactar de forma significativa os recursos disponíveis. Sugeriu contato com o Sr. Ivens sobre como podemos esperar o orçamento para este ano e em 2021. O Sr. Luiz Sertório (FF) comentou de forma complementar sobre a UGP Autoban (Rod. Bandeirantes), destacando da primeira área de Cordeirópolis (sete propriedades), mas o processo foi interrompido por causa da pandemia. O plano de trabalho deve ser apresentado em breve, já que não requer trabalho de campo. Com relação aos parques (Unidades de Conservação) devem abrir em breve, e por isso estão trabalhando com os protocolos de prevenção ao Covid19. A Fundação Florestal tem um protocolo de

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



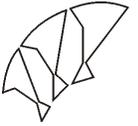
## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-RN - 25/06/2020- 9h Videoconferência

precauções contra a pandemia e pode ser utilizado. Todas as pesquisas em áreas naturais também estão suspensas em função da ausência de informações científicas sobre a possibilidade de contaminação da fauna silvestre com o coronavírus. Previsão orçamentária para 2021 já foi feita, incluindo Sumaré e Hortolândia ainda para este ano, incluindo restauração em Cordeirópolis e em duas das quatro áreas de Limeira (a Agência de Bacias PCJ também vai fazer os PIPs deste município). Para finalizar, o coordenador relembrou e deu ênfase ao fato de que o GT - Mananciais tem como prioridade os Programas I e II, devido ao grande volume de trabalho, principalmente com relação à gestão dos projetos em andamento e na publicação dos editais para novos projetos. Faz um apelo para que todos os municípios que tem projetos nestes programas tenham participação efetiva no GT-Mananciais para troca de experiências e fortalecimento dos processos de gestão da Política de Mananciais PCJ como um todo. Lembra que os projetos tem um grande desafio educativo e de integração local através dessa transformação da gestão territorial das microbacias selecionadas como importantes para o abastecimento do município. Esta participação deve ser preferencialmente feita por membros da UGP (Unidade Gestora de Projetos). Enfatizou também a importância de mobilização e capacitação dos produtores rurais da bacia, já que, quando isso não é feito, as chances de sucesso do projeto, incluindo a restauração florestal ou ecológica e o manejo conservacionista dos solos e implantação de práticas produtivas mais eficientes e equilibradas do ponto de vista da transição ecológica. A restauração florestal é na verdade um grande processo de extensão rural! O GT-Áreas Protegidas deve trabalhar com os programas III e IV da Política de Mananciais, enquanto o recém-criado GT-Indicadores e Monitoramento se aprimora na definição de indicadores e de ferramentas de gestão, para que todos os esforços resultem em aumento da disponibilidade e qualidade da água para todos os múltiplos tipos de usuários. Também lembrou a necessidade de fortalecimento das UGP's e da inclusão das concessionárias de saneamento nas discussões sobre proteção dos mananciais e pagamento pelos serviços ambientais, mesmo que isso signifique impactos nas tarifas. Estamos em período de discussão da atualização das tarifas, provavelmente um momento oportuno para essa discussão no âmbito das agências reguladoras. O GT-Mananciais também tem o desafio de agregar parceiros como a SOS Mata Atlântica na restauração florestal ou ecológica e a CDRS nas atividades de extensão rural. A Fundação Florestal não só é parceira com a atuação intensa de seus membros na CT-RN e GTs, mas também agora com a execução orçamentária para implantação dos projetos nos municípios impactados pela

expansão da Rodovia dos Bandeirantes conforme determinado pelo Ministério Público (GAEMA Campinas e Piracicaba). Outros parceiros estão sendo prospectados. **GT-Áreas Protegidas:** O coordenador do GT Cristiano Krepsky (FJPO / ARIE Mata de Santa Genebra) iniciou sua fala desejando que todos estejam bem e já se desculpando pela atenção simultânea para sua filha recém-nascida. Projetando alguns slides para auxiliar na sua explanação enfatizou sobre a participação da CT-RN, CT-EA, CT-Rural e da Área Ambiental da Agência de Bacias e constituição de um grupo muito forte para levar as ações deste GT. **Programa III:** Sobre as áreas sujeitas à restrição de uso, uma das ações é desenvolver um material de divulgação e comunicação para tornar essas áreas mais conhecidas pela sociedade. Inicialmente prevista a impressão de mil exemplares, além da versão em formato *pdf* (e-book). Paralelamente um levantamento e o mapeamento dessas unidades são fundamentais para alimentar esses dados a serem utilizados neste material de comunicação (plataforma). A **Rede de Áreas Protegidas (RAP-PCJ)** fez uma primeira reunião que gerou uma série de informações importantes sobre as demandas dessas áreas e que também alimentará o plano de ações da rede. Para o **Programa IV** definiu-se a construção de um TR (Termo de Referência) que vai executar um curso de elaboração dos Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado. Neste curso o "TCC final" será a minuta do Plano ou da atualização do Plano. Acredita-se que seja possível licitar para contratação da empresa executora ainda este ano para execução em 2021, após o período de eleições e de final de ano. Acredita-se que os PMMA (Planos Municipais de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica) podem contribuir muito para o planejamento e a proteção efetiva destas áreas, gerando também muita informação para alimentar o mapa de áreas protegidas da Rede. A Srta. Marina disse que os recursos para essa tomada de preços (capacidade técnica e preço) estão garantidos e será iniciada em agosto, já que o processo como um todo costuma demorar aproximadamente três meses. O coordenador da CT-RN justificou esse calendário em função dos problemas de continuidade que podem ser provocadas pelas eleições deste ano para renovação, tanto do legislativo quanto do executivo municipal. Municípios que já elaboraram seus planos devem participar como forma de atualização destes planos bem como contribuir para a construção dos demais, servindo como uma espécie de benchmarking. A Agência iniciará o trabalho de divulgação desse processo para incentivar os municípios a participarem deste processo de capacitação e elaboração das minutas dos PMMA. O Coordenador elogiou o avanço e a qualificação desse grupo, destacando que num futuro não muito distante devemos ter o Instituto de Pesquisas

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-RN - 25/06/2020- 9h Videoconferência

Ecológicas (IPÊ) como novo parceiro, para melhor atuação na região do Sistema Cantareira, através do sinergismo com o Programa Semeando Água. Lembrou e destacou o apoio do Ministério Público nas ações que tentam estabelecer o fortalecimento dessas denominadas áreas protegidas. Destacou que a escala dos programas III e IV são maiores que as dos Programas I e II (planos regionais), o que pode ajudar nas relações entre os municípios para estabelecimento dos corredores ecológicos e na possível transferência de recursos para pagamento por serviços ambientais. O Luiz Sertório lembrou que estas reuniões virtuais tem permitido maior participação dos gestores das UCs nas reuniões, que presencialmente não conseguiam. A conciliação entre os Planos de Manejo das APAs com os Planos Municipais de Mata Atlântica e Cerrado tem também contribuído para maior integração e sinergismo entre as diversas ações. Lembrado aos trabalhos conjuntos deste GT com o Projeto RECONNECTA capitaneado pela Secretaria de Meio Ambiente do município de Campinas. A Sra. Ana Lúcia (IPT) comentou sobre o lançamento do PMMA feito pelo IPT para o município de Apiaí que pode ser acessado pela página do município ou no site do IPT. A Cláudia Grabher perguntou se os corredores desenvolvidos pelo RECONNECTA serão inseridos no Mapa de Áreas Protegidas. Ainda não, mas há interesse que seja inserida uma camada (*shape*) com essas informações futuramente. O Sr. Luiz Sertório comentou que o grupo está discutindo como apresentar esse mapa com os diferentes tipos de áreas protegidas, estando elas inseridas ou não no SNUC. Áreas relativas a zonas de proteção de mananciais (ZEPAM) municipais podem ser inseridas, mas de uma forma que não se perca no meio de tantas informações. O ICLEI (Internacional Council for Local Environmental Initiatives – Governos Locais pela Sustentabilidade) tem um programa de estímulo à criação de Unidades de Conservação Municipais e está de certa forma sendo inserido nas discussões deste grupo. **GT-Indicadores e Monitoramento:** O Prof. Duarcides (PUC – Campinas), recém-criado tem como principal objetivo desenvolver indicadores de sustentabilidade e gestão de recursos hídricos para serem inseridos na Política de Mananciais como um Programa V. Salientou que o grupo está aprendendo muito com esse grupo, tanto ele quanto todos os demais professores do curso de pós-graduação em sustentabilidade da PUC. A principal preocupação deste grupo é trabalhar com as questões ambientais, que acredita está sendo bem trabalhada pelos Comitês de Bacias, uma segunda vertente social e uma terceira econômica. Questões estão sendo levantadas, tais como: Para que servem os indicadores? Para o que serão utilizados? Toda uma base conceitual está sendo construída.

Medida não é um indicador. Todas as medidas que já estão presentes na base de dados dos Comitês podem e devem ser transformada em indicadores. Mas não todos. Precisamos decidir quais serão os prioritários. Fez algumas analogias com os problemas relacionados com a disponibilidade de energia nas nossas tomadas e quando há um problema onde estariam as fontes dos problemas. Normalmente estamos preocupados apenas com o liga e o desliga destas tomadas, não sabendo quase nada sobre todo o sistema que está por trás desse simples ato de liga-desliga. São feitas reuniões mensais para socialização dessas informações e definição das metodologias que serão utilizadas. O GT está programando para os dias 17 a 19 de novembro de 2020 um evento internacional sobre indicadores sob coordenação dos Comitês PCJ (CT-RN / GT-Indicadores e Monitoramento), PUC Campinas (II SUSTENTARE) e a USP São Carlos (Escola de Engenharia – V WIPIS). O evento receberá artigos técnicos e científicos para serem apresentados. Mestrado acadêmico em sustentabilidade está sendo discutido e poderá ser oferecido em breve. O Sr. Polga fez um comentário sobre qual seria a função correta deste GT e se não deveria ser a análise dos investimentos feitos e se estes estão sendo feitos de forma adequada. Disse que os dados que já são produzidos pelos relatórios de situação seriam suficientes e haveria redundância de atividades. O Prof. Duarcides voltou a afirmar que os dados medidos (métrica) não são necessariamente indicadores. O grupo reconhece o grande valor e quantidade de dados gerados pelo sistema de monitoramento, mas que esses dados precisam ser transformados em indicadores ou índices mais complexos formados por mais de um indicador. Assim saberíamos se a forma que o Comitê tem atuado realmente tem resultado em maior efetividade e eficácia na gestão dos recursos hídricos. Ou seja, o GT está trabalhando em como transformar os dados medidos em indicadores. O Sr. Polga (SAAE de Indaiatuba) depois de ouvir as explicações sugeriu que essa metodologia fosse aplicada em uma das bacias para avaliar os seus resultados porque ainda na opinião dele está meio nebuloso qual seria o real propósito deste GT. Seria um projeto piloto, sugerindo a bacia do Rio Jundiá. O Prof. Duarcides acha que o município de Indaiatuba poderia ser um excelente local para esse projeto piloto e o Sr. Polga poderia colaborar neste processo. O Sr. Polga acredita que os Cadernos Temáticos têm a maior parte destes dados de interesse, sendo Indaiatuba um local com Sala de Situação que poderia contribuir muito para esse processo a ser desenvolvido pelo GT-Indicadores. Finalizando comentou sobre a realização de reuniões com participação de alguns de seus membros por videoconferência e o pioneirismo deste GT neste aspecto, principalmente para participação do Prof.

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-RN: CÂMARA TÉCNICA CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE RECURSOS NATURAIS Minuta da Ata da 95ª Reunião Ordinária da CT-RN - 25/06/2020- 9h Videoconferência

Tadeu Malheiros, coordenador da CT-ID. Frisou que este grupo de trabalho é formado por membros da CT-RN e da CT-ID, portanto foi apenas criado de forma unilateral. Comentou da importância desses grupos de trabalho formados por mais de uma câmara técnica. Entende que há muitos dados e indicadores na área ambiental, mas ainda há carência de avaliações de uma forma mais ampla com indicadores sociais, culturais e econômicos. Lembrou que esse grupo também é de monitoramento e que o convite inicial para a PUC foi para inclusão das ciências sociais nas nossas discussões sempre mais focadas nas questões ambientais. Reproduziu desejo da Sra. Cláudia Grabher de desenvolvermos uma espécie de reenquadramento de bacias hidrográficas (ACs – Áreas de Contribuição) da mesma forma que temos para trechos de rios. O Coordenador da CT-RN solicitou a Marina Peres Barbosa comentar sobre a Assessoria Ambiental da Agência de Bacias PCJ e a sua importante atuação para apoio na construção e execução da Política de Mananciais. Comentou sobre a inexistência ainda de coordenação na área ambiental pelo fato de não ter sido previsto na estrutura da Agência, inicialmente exclusivamente sanitária (infraestrutura cinza). São atualmente sete membros entre contratados e concursados. Como estratégia de aprimoramento da gestão a Srta. Marina designou a partir de agora que para cada grupo de trabalho seja designado um dos membros da equipe para que haja maior fluidez na troca de informações e apoio técnico para os grupos. O diagnóstico, a execução, a medição / fiscalização / gerenciamento dos projetos e o monitoramento para verificar se há efetividade dessas ações sobre os recursos hídricos, ou seja, os reais benefícios estão sendo executados pela equipe da Agência, bem como a construção da Plataforma PCJ (Projetos LUISA I e II), com o Banco de Áreas e o Banco de Projetos. A empresa Imagem está desenvolvendo essas aplicações para facilitar o acesso a esse grande volume de informações disponíveis. O Coordenador comentou que no início das suas atividades nos Comitês a Agência era um ente distante, mas hoje, de forma contrária, está junto do processo de construção da Política de Mananciais. Atualmente está extremamente satisfeito de poder contribuir com a efetiva proteção dos mananciais com as ações que vem sendo desenvolvidas pela Política de Mananciais, que aplica recursos da cobrança pelo uso da água em infraestrutura natural visando regularizar o ciclo hídrico e proteção dos mananciais. A Área Ambiental da Agência de Bacias é co- construtora dessa política, o que tem facilitado muito o trabalho de ambos, Comitês PCJ (Câmaras Técnicas) e Agência de Bacias; **4. Desafios da Política de Mananciais PCJ – Atuais pontos críticos, propostas e a integração com as Câmaras Técnicas - (item 4 da pauta):** O

coordenador comentou sobre a falta de tempo para desenvolver esse item de pauta, já que muito do que seria dito já foi comentado pelos outros participantes; **5. Palavra Aberta / Outros assuntos / Comentários Finais (item 5 de pauta):** A Sra. Cláudia Grabher comentou da importância de colocarmos no final dos Termos de Referência das contratações os mecanismos de monitoramento. A Profa. Luiza comentou sobre a alta qualidade técnica das reuniões e quanto essas tem sido profícuas para capacitação de todos os seus membros. O Sr. Petrus fez um comentário sobre a integração entre as Câmaras Técnicas e a importância do saneamento rural, tão periférico e ausente no planejamento dos municípios. O Município de Holambra é um projeto piloto onde o saneamento rural está avançando muito e deve atingir quase a totalidade das propriedades em um futuro não muito distante. Também se lembrou dos recursos recém- disponibilizados pelo Governo Federal e das ações que a CT-Rural já tem iniciado para avançarmos neste item. Sobre macrodrenagem comentou da importância de maior inserção das práticas que desenvolvemos na Política de Mananciais e que as Câmaras Técnicas CT-RN e CT-Rural façam parte das discussões do planejamento dos Planos Diretores de Macrodrenagem dos Rios Jundiá, Capivari e Ribeirão Quilombo. O Sr. Miguel Milinski comentou sobre o trabalho do Promotor Rodrigo Garcia na pauta do saneamento rural e a aprovação da nova Lei de Saneamento pela universalização do saneamento. Para descontração destacou os erros de gravação provocados pela manutenção das câmaras técnicas. O Sr. João Demarchi comentou que devemos nos adaptar e aprender com esse novo modo de nos reunirmos de forma digital, e acredita que nos aperfeiçoaremos rapidamente neste novo normal, como tem sido dito; **6. Encerramento:** O coordenador da CT-RN, João José Demarchi, agradeceu a participação de todos e deu por encerrada a 95ª reunião ordinária, desejando que todos continuem bem no meio dessa grande pandemia. Um abraço a todos! Uma boa tarde!

João José Assumpção de Abreu Demarchi  
Coordenador da CT-RN

Petrus Weel  
Coordenador-adjunto da CT-RN

Henrique Bellinaso / (Cláudia Grabher)  
Secretários da CT-RN